

RELATÓRIO
ANUAL

2011

CNI





RELATÓRIO ANUAL 2011

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA — CNI

Robson Braga de Andrade — PRESIDENTE
Paulo Antonio Skaf — 1º VICE-PRESIDENTE
Antônio Carlos da Silva — 2º VICE-PRESIDENTE
Flavio José Cavalcanti de Azevedo — 3º VICE-PRESIDENTE

VICE-PRESIDENTES

Paulo Gilberto Fernandes Tigre
Alcantaro Corrêa
José de Freitas Mascarenhas
Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
Rodrigo Costa da Rocha Loures
Roberto Proença de Macêdo
Jorge Wicks Côte Real
José Conrado Azevedo Santos
Mauro Mendes Ferreira
Lucas Izoton Vieira
Eduardo Prado de Oliveira
Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan

Francisco de Assis Benevides Gadelha — 1º DIRETOR FINANCEIRO
João Francisco Salomão — 2º DIRETOR FINANCEIRO
Sérgio Marcolino Longen — 3º DIRETOR FINANCEIRO
Paulo Afonso Ferreira — 1º DIRETOR SECRETÁRIO
José Carlos Lyra de Andrade — 2º DIRETOR SECRETÁRIO
Antonio Rocha da Silva — 3º DIRETOR SECRETÁRIO

DIRETORES

Olavo Machado Júnior
Denis Roberto Baú
Edílson Baldez das Neves
Jorge Parente Frota Júnior
Joaquim Gomes da Costa Filho
Eduardo Machado Silva
Telma Lucia de Azevedo Gurgel
Rivaldo Fernandes Neves
Glaucio José Côte
Carlos Mariani Bittencourt
Roberto Cavalcanti Ribeiro
Amaro Sales de Araújo
Sergio Rogerio de Castro
Julio Augusto Miranda Filho

CONSELHO FISCAL

Titulares

João Oliveira de Albuquerque
José da Silva Nogueira Filho
Carlos Salustiano de Sousa Coelho

Suplentes

Célio Batista Alves
Haroldo Pinto Pereira
Francisco de Sales Alencar



RELATÓRIO DE ATIVIDADES — 2011

BRASÍLIA 2012

© 2011. CNI

Confederação
Nacional da
Indústria.

Qualquer parte
desta obra
poderá ser
reproduzida,
desde que
citada a fonte.

CNI
Diretoria de
Comunicação
do Sistema
Indústria -
DIRCOM

FICHA CATALOGRÁFICA

C748r

Confederação Nacional da Indústria.
Relatório anual 2011 / Confederação Nacional da Indústria. – Brasília, 2012.
64 p.:il.
1. Relatório 2. Gestão orçamentária I. Título

CDU: 338.45.01

CNI - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA

Confederação Nacional da Indústria
Setor Bancário Norte
Quadra 1 – Bloco C
Edifício Roberto Simonsen
70040-903 – Brasília – DF
Tel.: (61) 3317- 9001
Fax: (61) 3317- 9994
<http://www.cni.org.br>

SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CLIENTE - SAC

Tels.: (61) 3317-9989 / 3317-9992
sac@cni.org.br

SUMÁRIO

PALAVRA DO PRESIDENTE

- 1 DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA EM 2011
 - 1.1 Muito aquém das expectativas com produção estagnada → 12
 - 1.2 Reflexo das dificuldades em competir com produtos estrangeiros → 13
- 2 NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL
Plano Brasil Maior: é preciso foco e sentido de urgência → 18
- 3 DEBATE DA AGENDA NACIONAL
Como ganhar mercado em ambiente de crise mundial → 25
- 4 TERMÔMETRO DA ECONOMIA
Acompanhamento das metas do Mapa Estratégico da Indústria → 32
- 5 AS AÇÕES PARA A COMPETITIVIDADE
 - 5.1 Macroeconomia do alto crescimento → 36
 - 5.2 Ações no Judiciário → 38
 - 5.3 Inovação → 40
 - 5.4 Relações do trabalho → 42
 - 5.5 Infraestrutura → 43
 - 5.6 Comércio exterior → 45
 - 5.7 Meio ambiente → 47
 - 5.8 Micro e pequena empresa → 48
- 6 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ASSOCIATIVO → 57

PALAVRA
DO PRESIDENTE



CNI

É PRECISO GANHAR COMPETITIVIDADE

O ano de 2012 apresenta enormes desafios para o país. A crise internacional persistente, o câmbio valorizado, os juros altos, as deficiências na infraestrutura e a elevada carga tributária minaram a competitividade da indústria, que chegou ao fim do ano com um crescimento de apenas 1,6% — o segmento de transformação ficou estagnado, com expansão de 0,1%.

A queda no ritmo da indústria brasileira exige ação urgente na superação dos obstáculos à competitividade. O lançamento da nova fase da política industrial, que privilegia a inovação, dá outros passos na desoneração de investimentos e reforça as linhas de financiamento do BNDES, foi um avanço importante. Da mesma forma, a aprovação da lei que reformulou o sistema de defesa da concorrência ajuda a trazer segurança jurídica para os negócios.

Mas muito ainda precisa ser feito. Em 2011, a CNI estimulou o debate das grandes questões nacionais, aprofundou o diálogo e apresentou sugestões ao governo e ao Congresso Nacional para remover os obstáculos ao desenvolvimento.

O objetivo de crescer de maneira sustentada norteia a ação da CNI. A indústria deve ser forte e arrojada, gerar empregos, produzir renda para o país e disputar a preferência dos consumidores em igualdade de condições com qualquer concorrente estrangeiro.

Para isso, é preciso fomentar a inovação, aumentar a competitividade da indústria brasileira, retirar as barreiras que prejudicam a expansão da produção e freiam os investimentos. O Brasil precisa, e quer, completar o seu ciclo de desenvolvimento industrial. Foi para isso que trabalhamos em 2011. É para isso que estamos trabalhando em 2012.

Robson Braga de Andrade

PRESIDENTE DA CNI



1

DESEMPENHO DA
ECONOMIA BRASILEIRA

CDI
SESI
SENAI
TEC

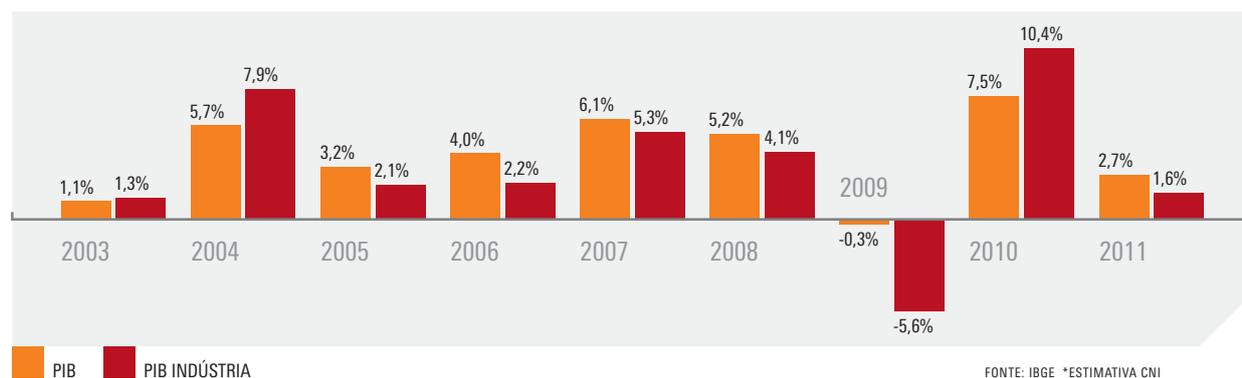
CNI

MENOR ATIVIDADE DA INDÚSTRIA LIMITOU EXPANSÃO DO PIB EM 2011

FRACO DESEMPENHO resultou de diferentes dinâmicas da economia no primeiro e no segundo semestre do ano, primeiro pela *redução do consumo das famílias* e depois pela *piora da crise mundial*.

A economia brasileira apresentou forte desaceleração em 2011. O crescimento anual do produto interno bruto (PIB) de 2,7% contrasta com a forte expansão de 7,5% observada em 2010. Diferentemente do ano anterior, a indústria cresceu menos que o PIB: passou de uma taxa de dois dígitos para uma expansão inferior a 2%.

GRÁFICO 1 → VARIÇÃO ANUAL DO PIB E PIB INDÚSTRIA

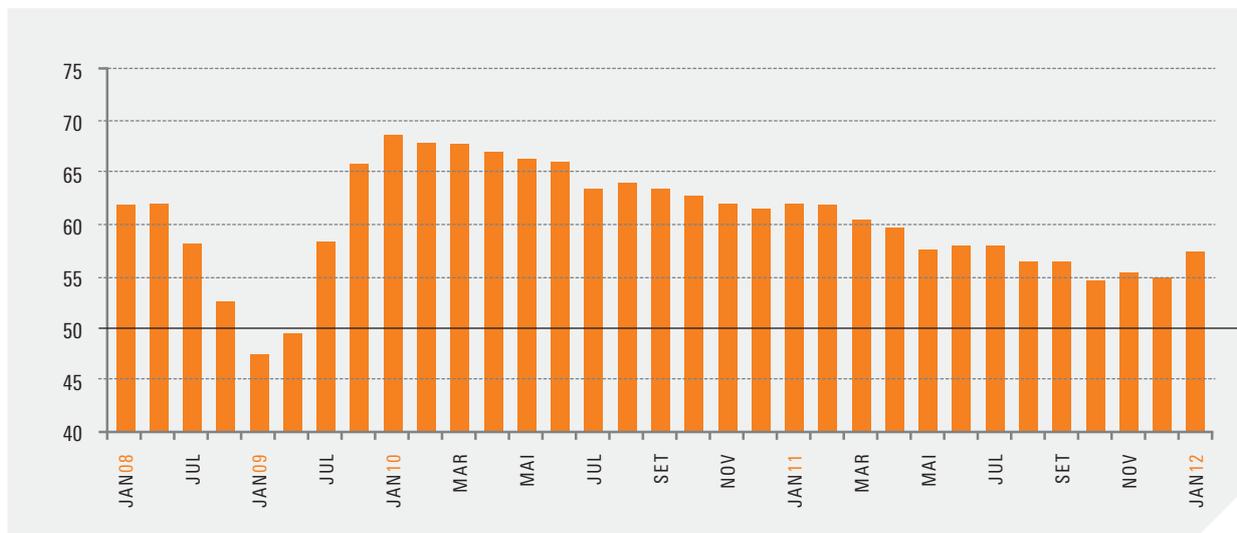


Esse fraco desempenho resultou de diferentes dinâmicas da economia no primeiro e no segundo semestre do ano. Nos primeiros seis meses de 2011, pesaram as medidas de política voltadas a combater as pressões inflacionárias, como a elevação dos juros e a imposição de restrições ao crédito. Tais medidas promoveram algum desaquecimento no consumo das famílias, o que moderou o ritmo de crescimento do PIB.

No segundo semestre, somou-se à queda no consumo das famílias o agravamento da crise externa, que reduziu ainda mais o ritmo da atividade econômica. A deterioração das expectativas, materializada pela contínua queda na confiança do empresário industrial, terminou por afetar também o investimento. Com isso, a formação bruta de capital reduziu sua expansão para apenas 5%, taxa quatro vezes menor que em 2010.

GRÁFICO 2 → ÍNDICE DE CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO INDUSTRIAL

OBS.: OS INDICADORES VARIAM NO INTERVALO DE 0 A 100. VALORES ACIMA DE 50 INDICAM EMPRESÁRIOS CONFIANTES.



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI

A queda da atividade também se deu em função da retração nas exportações, com a estagnação das economias maduras e as dificuldades de competitividade. Com isso, as exportações de produtos manufaturados apresentaram recuo de 3,7% no último trimestre do ano frente ao mesmo trimestre do ano anterior.

1.1 MUITO AQUÉM DAS EXPECTATIVAS COM PRODUÇÃO ESTAGNADA

A indústria foi, sem dúvida, o setor mais impactado pelo cenário doméstico e externo adverso. As demandas externa e interna enfraquecidas, a maior penetração dos importados em função da valorização cambial e o alto custo da produção resultaram em forte desaceleração da atividade industrial. O PIB do setor retraiu-se por dois trimestres consecutivos – no segundo e terceiro trimestres – e ficou estável no último.

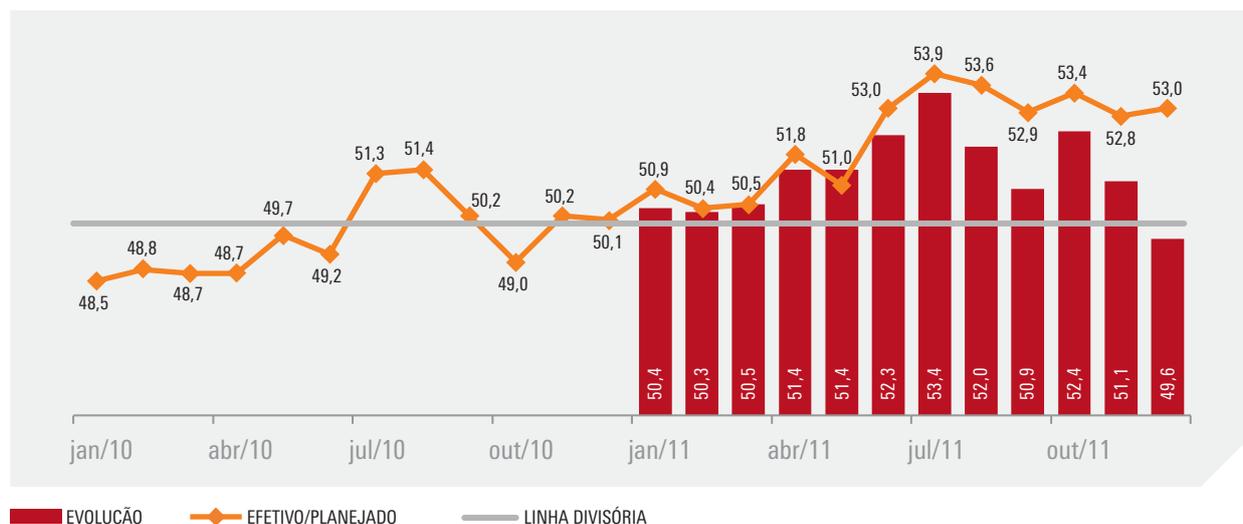
O desempenho da indústria em 2011 beirou a estagnação, ficando muito aquém do resultado de 2010. Nos *Indicadores Industriais CNI*, a única variável que mostrou crescimento mais intenso frente ao ano anterior foi o faturamento (5,1%). A permanência de estoques elevados – além do desejado – levou as indústrias a venderem produtos já elaborados.

É importante destacar o descolamento nas trajetórias da produção e do faturamento na indústria. Por conta do aumento de estoques e da elevação de insumos importados no processo produtivo, refletindo a apreciação cambial, o faturamento do setor cresce mais que a produção.



GRÁFICO 3 → ESTOQUE EFETIVO/PLANEJADO (SONDAGEM)

OBS.: OS INDICADORES VARIAM NO INTERVALO DE 0 A 100. VALORES ACIMA DE 50 INDICAM EMPRESÁRIOS CONFIANTE



As horas trabalhadas – indicador mais próximo da atividade fabril – aumentaram apenas 0,9% e a utilização da capacidade média anual ficou relativamente estável (-0,1 ponto percentual). O emprego expandiu 2,2% em 2011, mas em ritmo bem inferior ao observado no ano anterior (cresceu 5,5%).

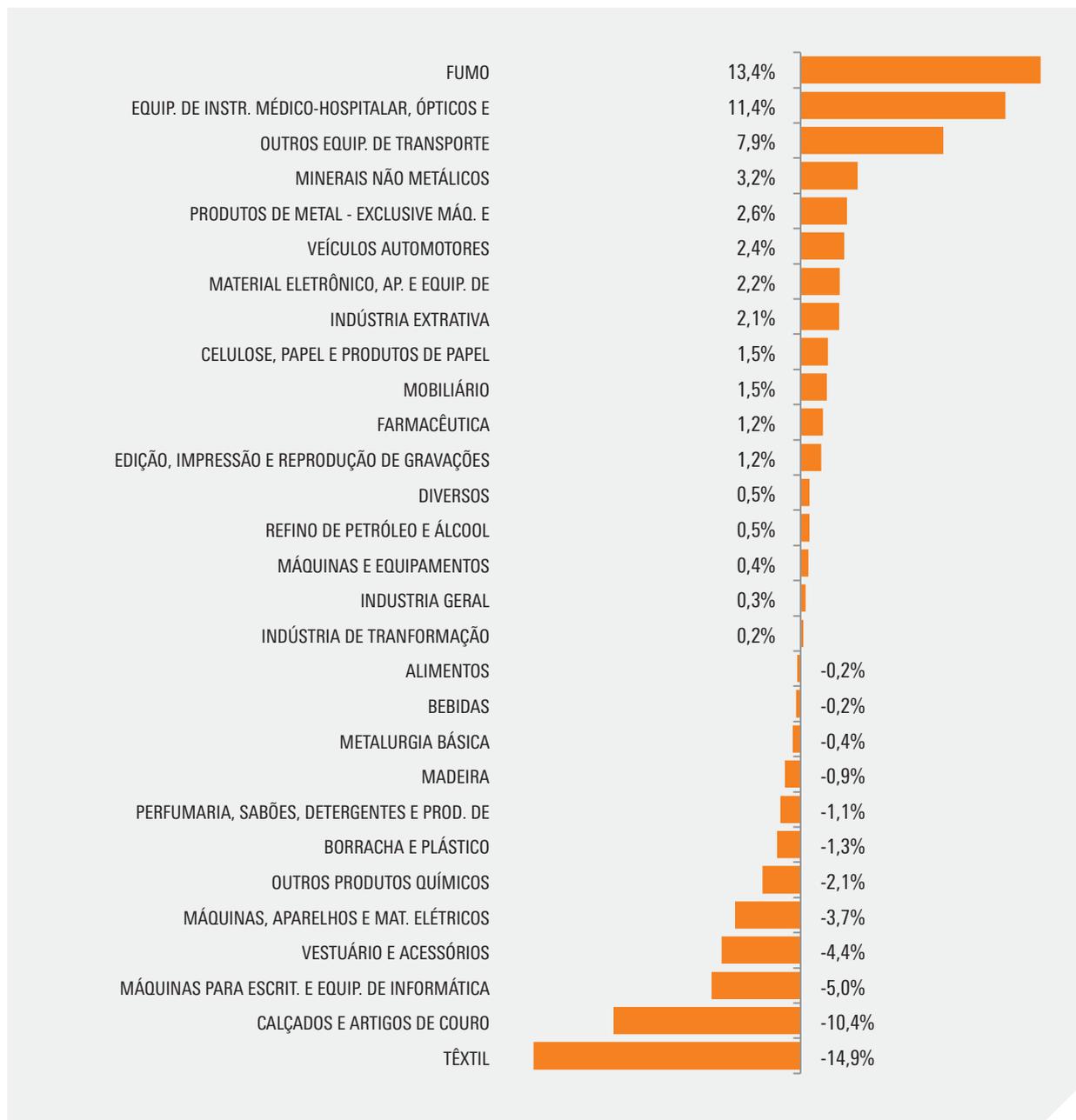
A produção física da indústria (IBGE) aumentou apenas 0,3% em 2011. Só não ficou negativa no ano porque o segmento de bens de capital cresceu 3,3%. A produção de bens intermediários ficou quase estável (alta de 0,3%), enquanto os bens duráveis recuaram 2,0% e os semi e não duráveis caíram 0,2%.

1.2 REFLEXO DAS DIFICULDADES EM COMPETIR COM PRODUTOS ESTRANGEIROS

A situação é bastante diferenciada entre os diversos setores da indústria. Aqueles que sofrem maior concorrência com produtos estrangeiros, tanto nos mercados globais como no brasileiro, mostraram queda de produção.



GRÁFICO 4 → DADOS SETORIAIS



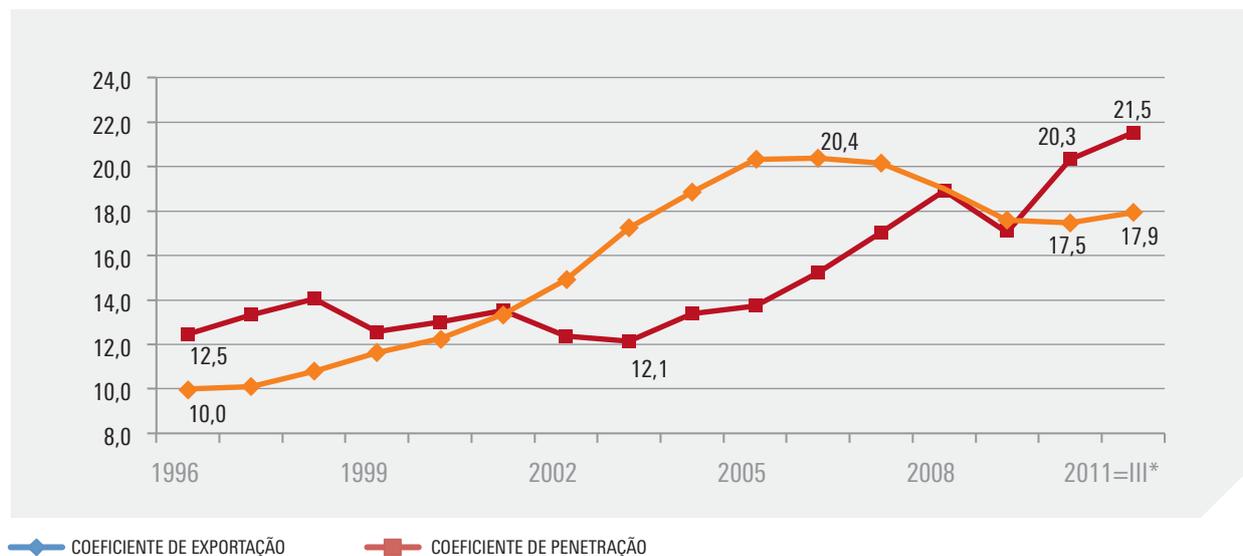
FONTE: IBGE

O crescimento das importações de produtos manufaturados, também reflete alguma deficiência no sistema brasileiro de defesa comercial. A expansão do mercado brasileiro atrai fornecedores externos, principalmente em um ambiente semirrecessivo, e nosso sistema não está dimensionado para atender às necessidades desse crescimento.

Indicadores mostram que a penetração de produtos importados no mercado brasileiro é crescente há alguns anos. Em especial, essa penetração é maior nos segmentos de bens finais, que sofrem concorrência com os produtores asiáticos. Isso tem causado recuo na produção.

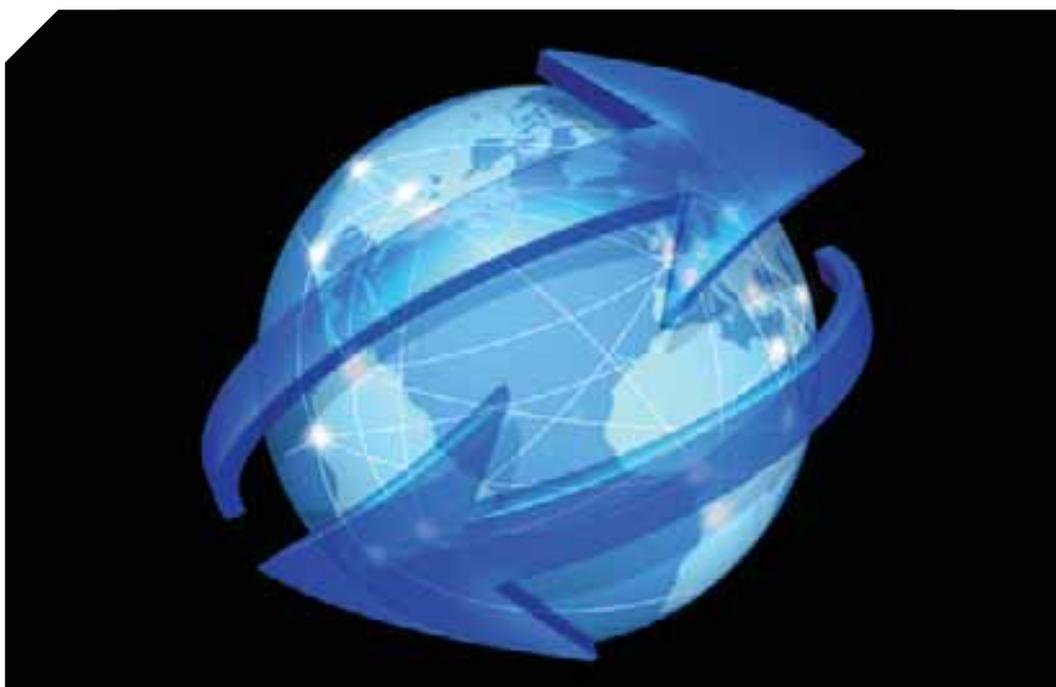
GRÁFICO 5 → COEFICIENTES DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

FONTE: FUNCEX / ELABORAÇÃO: CNI
 OBS.: INDICADOR VARIA NO INTERVALO DE 0 A 100. VALORES ACIMA DE 50 INDICAM
 CRESCIMENTO FRENTE AO MÊS ANTERIOR OU ESTOQUE EFETIVO ACIMA DO PLANEJADO.

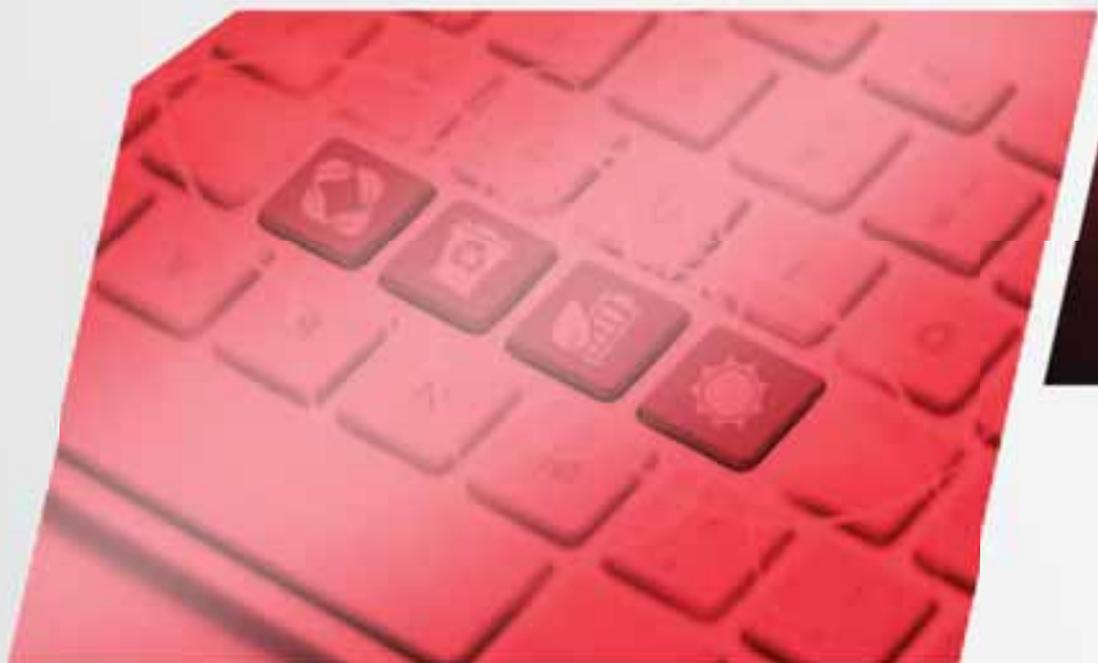


Essa situação deve-se também a diversos outros fatores, como taxa de câmbio valorizada e o alto custo de produção no Brasil, com poucos avanços na agenda de redução do Custo Brasil.

As expectativas de inflexão nessa trajetória para o corrente ano estão associadas ao novo ciclo de redução dos juros e às medidas de estímulo implementadas no fim de 2011, em especial as desonerações tributárias. Todavia, o quadro de dificuldades enfrentado pelo setor demanda ações mais amplas e urgentes para que o PIB industrial alcance taxa de crescimento maior à observada em 2011.









CNI
SENAI
TEL **CNI**

2

NOVA POLÍTICA
INDUSTRIAL

PLANO BRASIL MAIOR: É PRECISO FOCO E SENTIDO DE URGÊNCIA

APESAR DOS AVANÇOS, as medidas apresentadas pelo governo devem ser complementadas com *ações* que reduzam os custos de produção

A política industrial deve buscar o aumento da competitividade do país, estimular a inovação, facilitar o acesso, o crédito e desonerar os investimentos, as exportações e a folha de pagamento. Baseada nesses princípios, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), estreitou o diálogo com o governo, e debateu, ao longo do primeiro semestre de 2011, propostas para a segunda fase da política industrial (CNDI).

As contribuições do setor produtivo foram analisadas e aprovadas pelo Fórum Nacional da Indústria, órgão consultivo da diretoria da CNI, que reúne os presidentes das associações nacionais setoriais da indústria, dos conselhos temáticos da CNI e integrantes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial.

O resultado do debate dos 53 líderes empresariais foi consolidado em um documento com 93 propostas de ação nas áreas de tributação, financiamento, comércio exterior, inovação, infraestrutura, meio ambiente, relações de trabalho e fortalecimento de cadeias produtivas. As sugestões foram encaminhadas ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MEDIC) e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Lançada pelo governo em agosto de 2011, a segunda fase da Política de Desenvolvimento Produtivo, batizada de Plano Brasil Maior, contemplou parte das sugestões feitas pela indústria e trouxe avanços. Entre os pontos positivos destacaram-se as novas medidas de desoneração dos investimentos, a ampliação das linhas de financiamento do BNDES, e o aumento dos incentivos para a inovação.

O plano, que contém metas ambiciosas, também instituiu instrumentos financeiros de apoio às exportações e de compensação e ressarcimentos de créditos de impostos federais recolhidos pelos exportadores. Outra novidade positiva foi a desoneração da folha de pagamento de alguns setores e a implementação de uma política de compras governamentais que dá prioridade aos produtos brasileiros.

Apesar dos avanços de natureza tributária e financeira e da nova visão estratégica que estimula a produção nacional inovadora, a segunda fase da política industrial é insuficiente para resgatar a competitividade da indústria. Por isso, na avaliação da CNI, o governo precisa complementar a política industrial com medidas capazes de ajudar as empresas a enfrentar o acirramento da competição internacional, provocado pela retração das economias da Europa e dos Estados Unidos.

Outro desafio é acrescentar ao Plano Brasil Maior uma visão de futuro mais estratégica, que requer ações mais ousadas de estímulo à inovação, à qualidade da educação e à qualificação dos recursos humanos.

PROPOSTAS SETORIAIS – a indústria acompanha a implementação das medidas e o cumprimento

das metas da nova fase da política industrial. Nesse processo, discutirá propostas e manterá o diálogo com o governo para contribuir com o aperfeiçoamento do plano. Uma das iniciativas nessa direção foi a criação do Projeto Cadeias Produtivas.

O primeiro passo será a avaliação das cadeias produtivas das áreas de defesa e de petróleo e gás. Ambas têm bom potencial de desenvolvimento tecnológico e estão atreladas a uma grande demanda nos próximos anos, em virtude dos investimentos no pré-sal e da implementação da Estratégia Nacional de Defesa, que prevê o reaparelhamento das Forças Armadas.

Com os resultados dos dois projetos, a CNI vai formular propostas para as políticas específicas de apoio aos dois setores. As sugestões serão elaboradas em parceria com entidades representativas de cada um dos setores e devem ser apresentadas ao governo no primeiro semestre de 2012.

EM DEFESA DA COMPETITIVIDADE

O Congresso Nacional (CN) é o grande palco de debates das políticas públicas. Por isso, na abertura do ano legislativo de 2011, a CNI fez uma campanha mostrando aos parlamentares a importância de uma atuação a favor da competitividade da indústria. Dois painéis foram instalados no desembarque do aeroporto Juscelino Kubitschek e um *outdoor*. Outras 12 placas foram espalhadas nas proximidades do aeroporto e ao longo do trajeto obrigatório dos parlamentares em Brasília.

As peças traziam quatro mensagens que pediam o voto de deputados e senadores para matérias destinadas a promover a qualidade da educação e a criar um ambiente mais favorável aos negócios. Além disso, os 513 deputados federais e 81 senadores receberam uma carta do presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, acompanhada do documento **A indústria e o Brasil – uma agenda para crescer mais e melhor**, que faz um diagnóstico do país e aponta os caminhos para alcançar a competitividade.



Na carta, o presidente da CNI ressalta que as empresas brasileiras estão perdendo mercado e pede a aprovação de medidas que reduzam a carga tributária, garantam o acesso ao crédito, melhorem a qualidade da educação, ampliem a inovação e eliminem a insegurança jurídica e o excesso de burocracia, entre outras.



3

DEBATE DA
AGENDA NACIONAL

COU
SENAT
TEK **CNI**



COMO GANHAR MERCADO EM AMBIENTE DE CRISE MUNDIAL

ECONOMISTA NORTE-AMERICANO fala aos participantes do *6º Encontro Nacional da Indústria* sobre desafios e oportunidades produzidos pela retração das economias mais ricas



Os grandes desafios para o aumento da competitividade e da produtividade da indústria brasileira em um cenário de crise internacional deram o tom das discussões no 6º Encontro Nacional da Indústria (ENAI). O evento reuniu, nos dias 26 e 27 de outubro, no Transamérica Expo Center, em São Paulo, cerca de 1.600 participantes, entre industriais, executivos e dirigentes sindicais. Para falar sobre os rumos da economia, a CNI trouxe o economista Larry Summers, ex-diretor do Conselho Econômico Nacional da Casa Branca e ex-secretário do Tesouro dos Estados Unidos no governo Bill Clinton.

Na palestra aos participantes do 6º ENAI, Summers fez uma análise da crise internacional, de seus desdobramentos para o setor produtivo e para o comércio exterior. Alertou para as ameaças da crescente concorrência estrangeira e apontou as oportunidades que se abrem com a retração das economias da Europa e dos Estados Unidos.

Em formato diferente das edições anteriores, quando os debates ocorriam em sessões temáticas paralelas, o 6º ENAI discutiu os grandes temas que interferem na atividade produtiva em plenárias consecutivas. Isso permitiu aos participantes acompanhar todos os debates nos dois dias de evento. No centro das discussões estavam os desafios da indústria brasileira na economia globalizada, a complexidade do sistema tributário, a qualidade da educação, a conservação do meio ambiente e a modernização da infraestrutura.

Os participantes do encontro apontaram alguns temas como prioritários para aumentar a competitividade do país: reduzir a carga tributária, melhorar a capacitação de trabalhadores e empresários, ampliar a reforma do sistema tributário, alinhar a oferta de cursos profissionalizantes e de nível superior com as necessidades do mercado e diminuir o elevado custo da energia elétrica para a indústria.

Nos intervalos dos debates do 6º ENAI, empresários, líderes sindicais e os palestrantes conheceram produtos e serviços oferecidos pelas 27 federações de indústrias. Além disso, a área de exposições, montada na área externa do auditório das plenárias, facilitou a integração e a troca de experiências entre os participantes do evento.



OBAMA PARTICIPA DE EVENTO DA CNI EM SUA VISITA AO BRASIL



A crise nos países desenvolvidos, os avanços da economia brasileira e as possibilidades de ampliação do comércio e dos investimentos entre Brasil e Estados Unidos foram o tema do discurso do presidente norte-americano, Barack Obama, na Cúpula Brasil-Estados Unidos. Realizado em 19 de março de 2011, em Brasília, o evento foi promovido pela CNI em parceria com o Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos (Cebeu) e a Câmara Americana de Comércio Brasil-Estados Unidos (Amcham).

Em seu discurso para mais de 400 empresários dos dois países, Obama afirmou que os Estados Unidos estão dispostos a fortalecer a cooperação econômica e ampliar o comércio com o Brasil. “A possibilidade de vender mais produtos e serviços para um mercado que cresce como o Brasil significa criar empregos nos Estados Unidos”, afirmou o presidente norte-americano. Segundo ele, a cada US\$ 1 bilhão de exportações são criados 5 mil empregos nos Estados Unidos.

Além disso, Obama elogiou a capacidade empreendedora dos brasileiros e que o Brasil está se tornando um modelo para o mundo onde, a exemplo dos Estados Unidos, todos os sonhos são possíveis e podem se transformar em realidade. “A democracia ainda é o maior parceiro do progresso e, juntos, podemos realizar o sonho americano.”

Depois do discurso, Obama conversou com um grupo de dez empresários, cinco brasileiros e cinco norte-americanos. Participaram do grupo brasileiro, os presidentes da CNI, da Vale, da Petrobras, da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB) e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).







CNI
SENZAI
TEL **CNI**

4

TERMÔMETRO
DA ECONOMIA

4.1 CRESCIMENTO SUSTENTADO AINDA ESTÁ DISTANTE

ACOMPANHAMENTO DO MAPA Estratégico da Indústria 2007-2015 mostra avanços e retrocessos do país no *caminho do desenvolvimento*

A retração da economia mundial e a perda de competitividade da indústria brasileira interromperam o ciclo de crescimento do Brasil. O PIB, que teve expansão de 7,5% em 2010, terminou 2011 com o modesto aumento de 2,7%.

O desempenho do PIB industrial foi ainda mais fraco, e cresceu apenas 1,6%. Com isso, o país voltou a se distanciar das metas estabelecidas no Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015. Conforme o mapa, a economia brasileira precisa crescer a uma taxa média de 7,5% ao ano e o PIB industrial deve ter expansão de 8,5% ao ano até 2015.

Também estão distantes da meta o índice de produtividade da indústria, as exportações, os custos dos financiamentos, a carga tributária, a oferta de energia, os investimentos em inovação e em infraestrutura. Apesar dos avanços na área de inclusão digital, em que o número de domicílios com acesso à internet vem aumentando ano a ano, o país ainda está distante das metas traçadas para a educação.

Os avanços e os retrocessos do Brasil no caminho do desenvolvimento sustentado são identificados pela CNI no acompanhamento periódico dos indicadores do Mapa Estratégico da Indústria. Elaborado pelo Fórum Nacional de Indústria, o mapa traduz a visão de futuro dos empresários e aponta objetivos, metas e programas capazes de promover o crescimento sustentado do Brasil.

O documento, que começou a ser feito em 2004, envolveu cerca de 300 representantes de 60 entidades empresariais. Apresentado à sociedade em 2005, o mapa foi construído com base no modelo de gestão Balanced Scorecard, da Harvard University, nos Estados Unidos. A evolução das metas do mapa subsidia as ações da CNI, pois traduz a situação da economia brasileira.

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DAS METAS DO MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA

INDICADORES	FONTES	OBSERVAÇÕES MAIS RECENTES	2010	2015	SITUAÇÃO EM MARÇO DE 2012
Crescimento do PIB	Contas nacionais/IBGE	6,1% (2007) 5,2% (2008) - 0,3% (2009) 7,5% (2010) 2,8% (2011)* 3,0% (2012)* *Estimativa CNI	5,5% ao ano Taxa média até 2010	7% ao ano Taxa média até 2015	Distante da meta 
Crescimento do PIB industrial	Contas nacionais/IBGE	5,3% (2007) 4,1% (2008) - 5,6% (2009) 10,4% (2010) 1,8% (2011)* 2,3% (2012)* *Estimativa CNI	7% ao ano Taxa média até 2010	8,5% ao ano Taxa média até 2015	Distante da meta 
Índice de produtividade da indústria	PIM-PF/IBGE e CNI	2,2% (2007) - 1,7% (2008) 0,3% (2009) 3,2% (2010) - 0,5% (2011)	3,5% ao ano Taxa média até 2010	6% ao ano Taxa média até 2015	Distanciando da meta 
Taxa de desemprego	PNAD/IBGE	9,3% (2007) 7,9% (2008) 8,1% (2009) 6,7% (2010) 6,0% (2011) 5,8% (2012)* *Estimativa CNI	7,0%	Alcançar 6% até 2015	Atingiu a meta 
Total de exportações de bens e serviços / PIB	Contas nacionais/IBGE	13,4% (2007) 13,7% (2008) 11,0% (2009) 10,9% (2010) 11,6% (2011)* 11,3% (2012)** *Até o terceiro trimestre **Estimativa CNI	20%	Alcançar 30% até 2015	Distante da meta 

INDICADORES	FONTES	OBSERVAÇÕES MAIS RECENTES	2010	2015	SITUAÇÃO EM MARÇO DE 2012
Crédito / PIB	Banco Central	35,2% (2007) 40,5% (2008) 43,7% (2009) 45,2% (2010) 49,1% (2011)	50%	Alcançar 70% até 2015	Convergindo para a meta 
Spread bancário	Banco Central	22,3% (2007) 30,7% (2008) 24,3% (2009) 23,6% (2010) 26,9% (2011)	20%	Alcançar 10% até 2015	Distanciando da meta 
Taxa real de juros (Selic / IPCA)	Banco Central	8,1% (2007) 6,4% (2008) 5,0% (2009) 4,6% (2010) 4,8% (2011) 4,4% (2012)*	5%	Alcançar 4% até 2015	Convergindo para a meta 
Carga tributária (em % do PIB)	Receita Federal	33,9% (2007) 34,1% (2008) 33,1% (2009) 33,9% (2010) 35,8% (2011)*	33%	Alcançar 27% até 2015	Distanciando da meta 
Oferta interna de energia	Empresa de Planejamento Energético — EPE	5,1% (2007) 6,2% (2008) -3,4% (2009) 10,2% (2010)	7% ao ano	Crescimento de 8,5% ao ano Taxa média até 2015	Distanciando da meta 
Investimento em infraestrutura de transportes/PIB	IBGE/SIAFI	0,21% (2007) 0,20% (2008) 0,28% (2009) 0,36% (2010) 0,26% (2011)	0,5%	Alcançar 0,60% até 2015	Distante da meta 
Domicílios atendidos por rede coletora de esgoto	PNAD/IBGE	51,1% (2007) 52,5% (2008) 52,5% (2009)	60%	Alcançar 70% até 2015	Distante da meta 

INDICADORES	FONTES	OBSERVAÇÕES MAIS RECENTES	2010	2015	SITUAÇÃO EM MARÇO DE 2012
Investimento privado em P&D / PIB	MCTI	0,52% (2007) 0,53% (2008) 0,57% (2009) 0,56% (2010)	0,8%	Alcançar 1,4% até 2015	Distante da meta ▲
PISA — Avaliação dos alunos a educação básica	OCDE	368 (2000) 383 (2003) 384 (2006) 401 (2009)	/	Alcançar nota 486 (Espanha em 2001) até 2015	Distante da meta ▲
Domicílios com acesso à internet	PNAD/IBGE	20,0% (2007) 23,8% (2008) 27,4% (2009)	25%	Alcançar 30% até 2015	Distante da meta ▲
Renda per capita em US\$ constantes — Paridade de Poder de Compra (PPP)	FMI	9.894 (2007) 10.525 (2008) 10.464 (2009) 11.273 (2010) 11.846 (2011)*	/	Alcançar 12.000 PPP até 2015	Convergindo para a meta ▲
Índice GINI	PNAD/IBGE	0,528 (2007) 0,521 (2008) 0,518 (2009)	/	Alcançar 0,5% até 2015	Convergindo para a meta ▲
IDH	PNUD	0,665 (2000) 0,692 (2005) 0,708 (2009) 0,715 (2010) 0,718 (2011)	Devido à mudança de metodologia do PNUD, será elaborada nova proposta de meta a ser apresentada ao fórum posteriormente.		

- Atingiu a meta ▲ Está distante e converge em ritmo inferior ao planejado ▼ Está distante e não apresenta movimento de convergência à meta ▲ Convergindo para a meta ▼ Distanciando da meta







5

MACROECONOMIA DO
ALTO CRESCIMENTO

COI
SESI
SENAI
TEC

CNI

5.1 DESAFIO É AUMENTAR O INVESTIMENTO

ATRAÇÃO DE INVESTIDORES depende da *redução da carga tributária* e dos custos do capital

O investimento é o motor do crescimento sustentado. Na avaliação da indústria, um dos desafios do país é aumentar gradualmente a taxa de investimentos para 22% do PIB em 2014. A criação de um ambiente mais favorável aos investimentos depende, entre outras coisas, da redução da carga tributária e do corte dos gastos do governo.

Além de aumentar a capacidade de inversão do setor público, o ajuste fiscal aliviaria a pressão sobre os juros e o câmbio, reduzindo os custos dos investidores. Por isso, no início de 2011, a CNI propôs ao governo um corte de R\$ 40 bilhões no orçamento da União, aprovado pelo Congresso Nacional.

Em nota técnica, a indústria sugeriu que fossem poupados do corte os investimentos em 28 projetos e programas, nas áreas de logística de transporte, energia, infraestrutura social e urbana e de política industrial, considerados fundamentais para a competitividade do país.

A CNI também apresentou propostas para aperfeiçoar o texto que regulamentou o cadastro positivo. Entre as sugestões feitas pela indústria destacam-se a inclusão de informações sobre os pagamentos de prestações a vencer e a quitação de contas de serviços, como por exemplo água, telefone, luz e outros. A criação de uma lista de bons pagadores permitirá a redução dos spreads bancários, que encarecem custos dos empréstimos.

Em outra frente, a indústria apoiou e sugeriu mudanças no projeto de lei que reformulou o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. A nova lei traz uma série de pontos positivos, como a análise de operações de fusões e aquisições antes do fechamento do negócio. Entre as propostas feitas pela CNI que foram incorporadas ao projeto estão a inclusão de um prazo global de análise dos processos, o tratamento de informações sigilosas, as atribuições da Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE) e a flexibilização do programa de leniência.

Para a indústria, a livre concorrência estimula as empresas a investir em inovação, lançar produtos e introduzir novas tecnologias de produção e modernizar os processos.



SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA TEM IMPACTO SOBRE PREÇOS DOS PRODUTOS

A CNI apresentou ao ministro da Fazenda um estudo sobre o regime de substituição tributária no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O documento contém propostas de mudança na legislação – a Lei Complementar nº 87/1996 – de modo a aperfeiçoar o regime e anular ou minimizar as distorções criadas pelo uso indiscriminado desse instrumento, que aumenta preços e reduz a concorrência.

Feito em parceria com a PricewaterhouseCoopers (PwC), o estudo propõe que a norma autorize o ressarcimento do ICMS recolhido por substituição tributária sempre que ficar comprovado que a base de cálculo presumida foi superior ao preço de venda real da mercadoria. Outra proposta é de ampliar o prazo de recolhimento do ICMS retido por substituição tributária para período superior ao prazo médio de recebimento das vendas.



A indústria também sugere a exclusão desse regime tributário de todos os produtos que não têm características de produção concentrada, comercialização pulverizada e relevância para a receita tributária, estabelecendo em lei os critérios objetivos a serem observados para inclusão de produtos na substituição tributária.

Com essa ação, a CNI pretende contribuir para os ajustes no sistema, o que exige uma ação coordenada e liderada pelo governo federal para discussão no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

UM OLHO NO LEGISLATIVO, OUTRO NO EXECUTIVO

A CNI intensificou o acompanhamento das ações dos Poderes Legislativo e Executivo e o diálogo com parlamentares e representantes do governo. Com o apoio do Conselho Temático de Assuntos Legislativos, a equipe técnica da CNI acompanhou, ao longo de 2011, 4.452 proposições legislativas que poderão impactar o setor produtivo.

Entre os projetos monitorados, 727 constaram nas pautas das comissões temáticas e dos plenários das casas legislativas, sendo 462 na Câmara dos Deputados e 265 no Senado. Das 727 proposições incluídas em pauta, 463 foram deliberadas nas diversas instâncias do Legislativo.

Além disso, a CNI tem 429 representantes em 197 instâncias de representação do Poder Executivo. Eles defendem os interesses da indústria em comitês, comissões e outros fóruns que tratam de temas como educação, meio ambiente, política econômica, política industrial, regulação econômica e segurança e saúde no trabalho.

Entre as ações dos representantes da CNI no ano passado, destacam-se a aprovação das resoluções favoráveis à indústria no Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) para áreas de máquinas agrícolas e rodoviárias, motocicletas e gesso.

Na esfera das relações do trabalho, foi possível resgatar proposta do governo apresentada em 2007 para simplificar as Normas Regulamentadoras 8º, 19º, 23º, 24º, 25º e 26º, que tratam da segurança e saúde nos locais de trabalho. Também houve êxito na mobilização para adiar em três anos a entrada em vigor da Norma ABNT NBR 18.801:2010, sobre sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho.

A CNI e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) começaram uma agenda conjunta que visa à modernização do processo regulatório em vigilância sanitária. Entre as medidas sugeridas pela indústria estão ações para desburocratizar a concessão de registros e para avaliar a logística reversa do setor de medicamentos. A simplificação das leis sobre vigilância sanitária e a redução dos prazos para concessão de registros de produtos dará mais segurança aos investimentos na indústria.

AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA

Em sua 16ª edição, a Agenda Legislativa da Indústria 2011 revelou a posição do setor produtivo sobre 128 projetos em exame no Congresso que têm impacto sobre o aumento da competitividade do país. Cada um dos projetos selecionados contém um resumo e a posição da indústria – se convergente, se divergente, com os argumentos favoráveis ou contrários à proposta. Dependendo do projeto, há as sugestões concretas da CNI para o aperfeiçoamento da proposição.

Elaborada a partir do consenso entre representantes de 27 federações de indústrias e 54 associações setoriais nacionais, a Agenda de 2011 indicou como prioridade máxima o acompanhamento de 21 proposições, entre as quais estava a regulamentação da terceirização do trabalho, a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a reformulação da Lei de Licitações e a revisão dos limites de enquadramento das micros e pequenas empresas ao Simples Nacional.



Para divulgar o andamento das proposições prioritárias na agenda da indústria, a CNI apresentou, em agosto, a publicação **Prestando Contas**. O balanço semestral também atualiza o posicionamento do setor produtivo diante de novos textos que tenham sido aprovados pelo Legislativo.

Editada desde 1996, a Agenda Legislativa da Indústria orienta o diálogo permanente e transparente dos industriais com os parlamentares e reafirma a liderança da CNI na defesa dos interesses do setor produtivo.



GOVERNOS RECEBEM PRIORIDADES DA CÚPULA EMPRESARIAL DO G20

O ano de 2011 marcou o início de um relacionamento mais estruturado entre o empresariado e os governos do G20, o grupo das 20 maiores economias do mundo. O grupo de presidentes das confederações empresariais dos países do G20 – do qual a CNI faz parte – e mais 120 presidentes e CEOs de diversas empresas globais – o chamado B20 – conseguiu apresentar as suas prioridades e compartilhar ideias com os representantes desses governos na cúpula da França, ocorrida no início de novembro.

O B20 é a cúpula empresarial que faz parte da cúpula de governo do G20 e tem como objetivo principal desenvolver e apresentar recomendações dos líderes e das organizações empresariais às autoridades do G20.

A preparação para a reunião de cúpula começou em julho, quando os participantes do B20 tiveram diversas oportunidades de se reunir com os representantes do G20 sempre sob uma abordagem temática. Na prática, a reunião do B20 é organizada em torno de 12 temas cruciais para a comunidade de negócios: política econômica; regulação financeira; sistema monetário internacional; *commodities* e matérias-primas; desenvolvimento e segurança alimentar; prioridades sociais; anticorrupção; comércio e investimentos; inovação e Tecnologias da Informação e Comunicações (TIC); governança global; energia; e crescimento “verde”.

Em 30 de setembro, Laurence Parisot, presidente do MEDEF – a CNI francesa – apresentou um sumário executivo das recomendações do B20 para os representantes do G20. Em novembro, nos dias 2 e 3, aconteceu a cúpula empresarial em Cannes, na França. Nos dias 3 e 4, foi a vez da cúpula de governo.

Desde a sua criação em 1999, o G20 teve por objetivo apoiar o diálogo e cooperação internacionais, levando em consideração o crescente peso econômico de países emergentes como Brasil, África do Sul, China e Índia. Desde sua primeira reunião em Londres, ficou clara a progressiva necessidade de se ter outros agentes econômicos na discussão.

Em 2011, a França liderou a organização da cúpula do B20. Em 2012, o México assumirá a Presidência do G20 e, conseqüentemente, a organização do B20.



5.2 AÇÕES NO STF PARA RESGUARDAR O PRODUTO NACIONAL

CNI recorre ao Judiciário para questionar a constitucionalidade de leis que oneram a indústria brasileira e prejudicam a concorrência

O Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu, em 2011, seis Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) impetradas diretamente pela CNI para defender os interesses da indústria. No total, a entidade acompanha 44 ações no STF, quer como autora, quer como parte interessada.

Três ações apresentadas pela CNI ao Supremo, em 2011, pedem a declaração de inconstitucionalidade dos benefícios fiscais concedidos por leis estaduais à importação de produtos. Essas legislações desequilibram a carga tributária incidente sobre as mercadorias nacionais e estrangeiras, com impacto nos preços, e provocam desigualdade nas condições de disputa de mercado.

Há ainda outra ação questionando dispositivo da legislação do estado de Mato Grosso ampliando o prazo de recolhimento do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para as empresas que comprarem produtos para o seu ativo fixo no próprio estado ou no exterior. Por via indireta, essa lei também incentiva a importação de produtos.

A instituição pede ainda ao Supremo que julgue a constitucionalidade de artigos do Código Nacional de Trânsito (Lei nº 9.503/1997), que tornaram obrigatória a veiculação de mensagens educativas de trânsito, nas modalidades de propaganda, quando a peça publicitária for destinada à divulgação ou à promoção de produtos oriundos da indústria automobilística. A norma, no entendimento da CNI, viola as liberdades de expressão e de comunicação das empresas industriais, além da livre iniciativa.

Há ainda uma ação buscando a declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 14.274/2010, do estado de São Paulo, que desrespeita a legislação nacional sobre a rotulagem de produtos transgênicos. Essa lei viola a competência da União para legislar sobre norma geral relativa a consumo e proteção à saúde e para legislar privativamente sobre comércio exterior. Embora o alcance dessa lei seja estadual, devido à importância de São Paulo, a CNI propôs a ação.

AÇÕES AJUIZADAS PELA CNI EM 2011

ADI nº 4623	Crédito de ICMS Lei Estadual nº 7.098/1998 de Mato Grosso	Pede a declaração de inconstitucionalidade de dispositivo específico da legislação de Mato Grosso (§6º do art. 25 da Lei nº 7.098/98), que concede diferença tributária no crédito de ICMS para empresas que adquirirem produtos para o seu ativo fixo no estado de Mato Grosso ou no exterior. A Constituição Federal não admite distinção tributária em razão da origem da mercadoria.
ADI nº 4622	Benefício fiscal na importação Lei Estadual nº 12.631/1996 do Ceará	Pede a declaração de inconstitucionalidade dos benefícios fiscais concedidos à importação, sem convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), pela lei do estado do Ceará, provocando grave desigualdade concorrencial.
ADI nº 4619	Rotulagem de Produtos Transgênicos Lei Estadual nº 14.274/2010, de São Paulo	Pede a declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 14.274/2010, do estado de São Paulo, que desrespeita a legislação nacional sobre a rotulagem de produtos transgênicos.
ADI nº 4613	Obrigação de Veicular Mensagens Educativas de Trânsito Lei nº 12.006/2009	Pede a declaração de inconstitucionalidade de artigos do Código Nacional de Trânsito (Lei nº 9.503/1997), que tornaram obrigatória a veiculação de mensagens educativas de trânsito, quando a peça publicitária for destinada à divulgação ou à promoção de produtos da indústria automobilística.
ADI nº 4536	Benefício fiscal na importação Leis Estaduais nº 13.942/2009 e nº 11.675/99, de Pernambuco	Pede a declaração de inconstitucionalidade dos benefícios fiscais concedidos à importação, sem convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), pela lei do estado de Pernambuco, provocando grave desigualdade concorrencial.
ADI nº 4534	Benefício fiscal na importação Lei Estadual nº 14.186/2002 de Goiás	Pede a declaração de inconstitucionalidade dos benefícios fiscais concedidos à importação, sem convênio do Confaz, pela lei do estado do Goiás, provocando grave desigualdade concorrencial.

CONTRA OS INCENTIVOS DO ICMS TAMBÉM NO LEGISLATIVO

A CNI apoiou o Projeto de Resolução 72, em tramitação no Senado, que pretende resolver em parte os benefícios fiscais que alguns estados estão dando à importação de mercadorias. Pelo projeto, as operações interestaduais com produtos importados passam a ser tributadas com alíquota zero, deixando de existir a possibilidade da concessão do crédito tributário nessas operações.

A indústria entende que o projeto resgata a isonomia tributária entre os produtos fabricados no Brasil e no exterior. Atualmente, na maioria das operações interestaduais, há a partilha do ICMS entre o estado de origem e o estado de destino de produtos e serviços nacionais ou importados, com o estabelecimento de alíquotas interestaduais diferenciadas. Há, portanto, uma repartição da receita do imposto entre os estados que produzem ou comercializam determinado bem e aquele onde o consumo ocorre.

Com esse projeto, a mercadoria importada com incentivo fiscal é transferida ao estado de destino sem carga de ICMS. O estado que não cobrar o ICMS ficará sem arrecadação. Isso contribuirá para reduzir, ou até eliminar, o tratamento vantajoso dado às mercadorias importadas.

A proposta, porém, apresenta uma solução parcial, pois o projeto só alcança uma parcela das importações, não evitando a continuidade da concessão de benefícios ilegítimos de ICMS a importações de partes de produtos que possam caracterizar um processo industrial no Brasil. A CNI acredita que há uma solução mais adequada: a fixação de uma alíquota reduzida, mas positiva, para as operações estaduais e o aperfeiçoamento do projeto de resolução.

5.3 INOVAÇÃO

ALAVANCA DA PRODUTIVIDADE

Rede de Núcleos de Inovação apoia o desenvolvimento de produtos e processos nas empresas

A inovação precisa fazer parte da estratégia de um número cada vez maior de empresas. Em 2011, a Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), movimento liderado pela CNI que pretende dobrar o número de empresas inovadoras até 2013, ampliou a rede de núcleos de inovação. Também firmou parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) para a implementação de planos de inovação nos pequenos empreendimentos por meio das ações de sensibilização, capacitação, consultoria e assessoria.

Com isso, a Rede de Núcleos de Inovação conta atualmente com 31 unidades distribuídas em todas as regiões do país, sendo 25 estaduais e seis setoriais. Os núcleos setoriais são coordenados pelas associações brasileiras setoriais das indústrias de metalurgia, materiais e mineração (ABM), da construção civil (CBIC), ferroviária (ABIFER), têxtil (ABIT), máquinas e equipamentos (ABIMAQ) e higiene pessoal, perfumaria e cosméticos (ABIHPEC). Só em 2011, 13 núcleos estaduais foram implantados.

Para apoiar o trabalho com as micros e pequenas empresas industriais, a CNI e o Sebrae

4º Congresso Brasileiro de **inovação** na Indústria



INPI INSTITUTO
NACIONAL
DE PROPRIEDADE
INDUSTRIAL

MSD
Fique bem

SIEMENS

BNDES

BRASIL
PAIS BOM E PAIS SEM FOME



natura
bem estar bem

3M

SEBRAE

Ministério da
Ciência e Tecnologia

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAIS BOM E PAIS SEM FOME

CNI
SESI
SENAI
IEL

Sistema
Indústria





trabalharam em conjunto avaliando as propostas apresentadas pelos estados em 2010. Além disso, uma segunda chamada de projetos foi lançada. Ao todo, foram aprovados 24 projetos distribuídos em 23 unidades da Federação. Acre, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Sergipe iniciaram as ações do projeto no mês de setembro; e até o fim do ano 643 empresas foram sensibilizadas, 53 capacitadas e 9 receberam consultoria, várias delas instaladas no interior.

Em paralelo, o processo de interlocução com o governo ganhou destaque em 2011, com a elaboração de uma agenda de 10 temas de interesse da MEI, apontando as limitações das políticas brasileiras e as alternativas para aprimorá-las.

Essa agenda foi construída e debatida nas reuniões do Comitê de Líderes Empresariais e divulgada no documento *O Estado da Inovação no Brasil: uma agenda para estimular a inovação*, lançado no 4º Congresso de Inovação, em 3 de agosto, no Centro de Convenções WTC Sheraton, em São Paulo. O evento, que reuniu 834 pessoas entre empresários e representantes do governo, discutiu propostas que visavam aumentar a efetividade dos instrumentos de apoio à inovação nas empresas, inclusive pelo maior envolvimento dos empresários com o tema, que deveria ser contemplado na gestão estratégica de suas organizações.

No fim do evento, depois da entrega do documento em defesa da inovação aos ministros da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o presidente da Natura, Pedro Passos, fez a leitura do documento “Compromisso pela Inovação” em que os industriais reafirmaram a necessidade de as empresas e de o país ampliarem os investimentos em tecnologia e desenvolvimento de produtos, processos e serviços.

Ainda em apoio a iniciativas inovadoras, a CNI promoveu a primeira edição do Prêmio



Nacional de Inovação. Do total de 427 inscrições, 24 experiências foram escolhidas como finalistas, sendo oito as premiadas, nas modalidades micro-pequena e média-grande empresa, em quatro categorias: Competitividade, *Design*, Desenvolvimento Sustentável e Gestão da Inovação.

O prêmio contou com a parceria do Movimento Brasil Competitivo, com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação, o que permitiu que as empresas participantes recebessem, após a cerimônia de premiação, um relatório da avaliação com a identificação dos pontos fortes e oportunidades de melhorias de cada proposta.

OUTRAS AÇÕES NA ÁREA DE INOVAÇÃO

TEMA	AÇÃO
Propriedade intelectual	<ul style="list-style-type: none">• Transferência da gestão da área de propriedade intelectual do IEL para a CNI.• Realização de seminário sobre a Adesão do Brasil ao Protocolo de Madri.• Realização do curso de propriedade intelectual, que teve a participação de 76.226 pessoas em 18 meses.• Participação na Intellectual Property Business Conference, realizada em São Francisco, nos Estados Unidos• Participação na 11ª Conferência ANPEI de Inovação Tecnológica, ocorrida em Fortaleza, e no Congresso Internacional da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual em 2011.

APOIO PARA INOVAR

Resultado de uma parceria entre o setor privado e o governo, foi criada em 2011, a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii). Com gestão privada, a Embrapii fará parcerias e credenciará instituições de pesquisa e tecnologia para ajudar as indústrias a desenvolver projetos inovadores.

A nova empresa funcionará nos moldes do Instituto Fraunhofer, da Alemanha, que mantém parcerias com mais de 60 instituições de pesquisa tecnológica, formando uma das maiores redes de inovação do mundo.

O primeiro passo para a instalação da empresa foi a assinatura, em agosto de 2011, de um acordo entre a CNI e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação que estabeleceu a formação de um grupo de trabalho para definir o projeto-piloto da Embrapii.

A empresa nasceu com capital de R\$ 30 milhões, que será elevado a R\$ 90 milhões até o final de 2012, e, inicialmente, firmou convênio com três institutos: o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial da Bahia (SENAI-Cimatec), o Instituto de Pesquisa Tecnológica (IPT) e o Instituto Nacional de Tecnologia (INT). A proposta é ampliar essa rede para 30 instituições.

5.4 RELAÇÕES DO TRABALHO

REGRAS ANACRÔNICAS ELEVAM CUSTOS DO TRABALHO

Indústria defende uma legislação que incentive a livre negociação e regule as novas formas de trabalho.

A legislação trabalhista brasileira não acompanhou as mudanças no mundo do trabalho. As regras anacrônicas aumentam os custos das contratações, desestimulam a criação de empregos e não protegem adequadamente o trabalhador. Na avaliação da indústria, a competitividade depende de legislação trabalhista que incentive a livre negociação, regule as novas formas de trabalho, como a terceirização, simplifique os procedimentos e reduza os custos de contratação e os encargos das empresas.

Ao longo de 2011, a CNI apresentou propostas para adequar a legislação às necessidades das empresas e dos trabalhadores. Uma das ações foi a negociação com o ministério e a Casa Civil contra a obrigatoriedade do ponto eletrônico. Fonte de preocupação para o setor industrial desde 2009, quando houve a publicação da Portaria nº 1.510 pelo ministério do Trabalho e Emprego, a portaria estabeleceu a obrigatoriedade, a partir de 25 de agosto de 2010, da utilização pelas empresas de um único equipamento: o Registrador Eletrônico de Ponto (REP). Desde então, a CNI vem liderando o setor empresarial em um processo de negociação com o Ministério e a Casa Civil contra a obrigatoriedade do ponto eletrônico.

Em 2010, a exigibilidade do equipamento foi adiada para março de 2011, depois para



setembro, outubro e finalmente para 2012. Em paralelo, o Inmetro realizou uma Consulta Pública a fim de estabelecer normas técnicas para certificação dos equipamentos de ponto eletrônico. A CNI formulou documento para subsidiar a participação de interessados na Consulta Pública e se reuniu com a Casa Civil, o Ministério do Trabalho e o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), para defender a viabilidade técnica do uso de outros sistemas seguros para registro eletrônico de ponto.

Em dezembro do ano passado, o Inmetro divulgou resposta à Consulta Pública, aceitando sugestões para complementar a Portaria nº 1.510/2009 e publicou portarias estabelecendo requisitos técnicos para certificação dos REPs, atendendo à demanda do setor empresarial. O ano se encerrou com a publicação da Portaria MTE nº 2.686, que adiou pela quinta vez a obrigatoriedade dos REPs e estabeleceu um cronograma para sua adoção, de acordo com o setor e o porte da empresa.

A CNI continua trabalhando para que o governo autorize o uso de outras soluções mais flexíveis e adequadas à realidade do trabalho.

TERCEIRIZAÇÃO → essa é outra questão relevante para a CNI e as discussões sobre terceirização no ano passado se concentraram nos Poderes Legislativo e Judiciário. Na Câmara dos Deputados, a CNI atuou em defesa do Projeto de Lei 4.330/2004, que define como regra a responsabilização subsidiária do tomador de serviços e possibilita a contratação de serviços terceirizados para qualquer atividade da empresa. O Projeto foi aprovado pela Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados e aguarda votação pela Comissão de Constituição e Justiça.

No Poder Judiciário, a discussão sobre terceirização foi objeto da primeira Audiência Pública da história do Tribunal Superior do Trabalho (TST), realizada em outubro. A CNI defendeu a manutenção da responsabilidade subsidiária, conforme a Súmula nº 331, e a possibilidade de terceirização em qualquer atividade da empresa.

DEMISSÃO IMOTIVADA → outra frente de atuação da CNI foi pela rejeição do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 8/2003, que limita a possibilidade de demissão imotivada aos casos de falta grave, de dificuldade econômico-financeira ou de reestruturação da empresa, e da Mensagem nº 59/2008 pela Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados. Essa mensagem ratifica a Convenção nº 158 da Organização Internacional do Trabalho, que restringe a dispensa de empregado aos casos em que exista causa justificada relacionada com sua capacidade ou seu comportamento ou baseada nas necessidades de funcionamento da empresa.

CNI e federações atuaram em conjunto para expor o posicionamento empresarial aos parlamentares e sugerir que votassem contra as duas iniciativas. Ambas as proposições foram rejeitadas e agora aguardam apreciação da Comissão de Constituição e Justiça.

OUTRAS AÇÕES NA ÁREA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

TEMA	AÇÃO
Empresa Individual de Responsabilidade Limitada	Apoiou à proposta de criação da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, cuja lei foi aprovada pelo Congresso e sancionada pela presidente.
Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente	Liderou a articulação de diversos segmentos do empresariado para participação nas conferências estaduais. Promoveu a mobilização e capacitação de representantes empresariais, coordenando elaboração de cartilha para alinhamento de conceitos na visão empresarial e fazendo o contraponto à visão sindical e do MTE
Segurança e Saúde no Trabalho	Participou das discussões sobre várias normas nos diversos grupos, coordenando a representação empresarial. Qualificou representantes da indústria e de outros setores empregadores. Participou da elaboração da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho, garantindo resultado equilibrado.
Previdência	Elaborou estudos e propostas de melhorias para o Fator Acidentário de Prevenção (FAP), do Risco Acidente do Trabalho, dando transparência ao enquadramento e tornando-o equilibrado. Sugeriu mudanças na metodologia do Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário.

5.5 INFRAESTRUTURA ÔNUS PARA A PRODUÇÃO

Estradas esburacadas, portos deficientes, energia cara e saneamento inadequado reduzem a competitividade da indústria e resultam em preços mais altos no mercado

Aumentar o investimento em infraestrutura é fundamental para a melhoria da competitividade da economia brasileira. Estradas esburacadas, portos deficientes, energia cara e saneamento inadequado oneram o setor produtivo e resultam em preços mais altos no mercado. Por isso, essa é uma das frentes de atuação da CNI, que busca garantir um ambiente mais favorável à indústria nacional.

Foi com esse objetivo que a CNI defendeu a prorrogação da isenção do Adicional do Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) sobre as mercadorias cuja origem

ou destino final seja porto localizado nas regiões Norte ou Nordeste, nas navegações de cabotagem, interior e lacustre. Na avaliação da indústria, o fim da isenção resultaria em aumento do custo de transporte de mercadorias e na elevação dos preços dos produtos finais consumidos nessas regiões ou de lá provenientes.

Em reuniões nos Ministérios dos Transportes e de Integração Nacional, na Receita Federal e com parlamentares, os representantes da CNI apresentaram argumentos e sugestões a favor da não incidência da taxa. Sem isso, seriam cobrados, além das alíquotas, adicionais de 25% sobre o valor do frete marítimo na importação de mercadorias e de 10% sobre o transporte de cabotagem.

ENERGIA → a CNI também defendeu a redução da Reserva Global de Reversão (RGR), um dos encargos incidentes sobre a tarifa de energia. A indústria propôs a redução gradativa da taxa em meio ponto percentual a partir de 2012, de forma que a RGR fosse extinta no final de 2015.

Com o fim dessa cobrança, haveria uma queda no custo da energia elétrica entre 2% e 3%. Mesmo assim, o governo prorrogou por mais 25 anos a cobrança da RGR. A taxa foi criada com a finalidade de constituir um fundo para a cobertura de gastos da União com indenizações relativas à reversão de concessões do serviço de energia elétrica. Porém, metade do valor pago pelo consumidor é contingenciado pelo governo. A RGR arrecadou R\$ 1,6 bilhão em 2010.

ESTUDOS APONTAM CAMINHOS PARA ENERGIA E SANEAMENTO

GÁS NATURAL → (capa do estudo Gás natural – uma proposta de política para o país)

O Brasil pode se transformar em um importante produtor e exportador de gás natural. Mas o consumo do combustível depende da definição de uma política que garanta preços competitivos, transporte e abastecimento adequados. O alerta é do estudo “Gás natural – uma proposta de política para o país”, elaborado pela CNI.

De acordo com o estudo, se não houver mudanças na política para o setor, o crescimento da demanda deve alcançar 3,5% ao ano até 2015, ritmo inferior à média anual registrada entre 2005 e 2010. Para estimular o aumento do consumo de gás e incentivar os investimentos no setor, o documento sugere a construção de gasodutos e a proibição de monopólios no transporte do produto. Outra proposta é a definição de um volume anual de contratação de térmicas a gás e incentivos para o uso do combustível para produção de energia elétrica e térmica.

ENERGIA → as fontes renováveis respondem por 48% do total da geração de energia no Brasil. Isso equivale a mais do que o dobro dos 20% registrados no resto do mundo. Entretanto, a



energia limpa deixou de ser uma vantagem competitiva para a indústria brasileira, por causa dos constantes aumentos nos custos e nos encargos.

Essa é uma das conclusões do estudo Energia e competitividade na era do baixo carbono, organizado pela CNI para subsidiar o debate sobre o futuro da energia no país. O trabalho apresenta o panorama do setor energético no mundo, os desafios da mudança do clima e a participação do Brasil nesse contexto.

Também analisa as condições e custos de suprimento, a participação de fontes renováveis e não renováveis na matriz energética, a configuração do mercado do gás natural e os efeitos das mudanças climáticas sobre o parque gerador.

SANEAMENTO → A lenta expansão da infraestrutura de água e esgotos e a baixa qualidade na prestação dos serviços de saneamento básico prejudicam a saúde da população, e trazem prejuízos ao meio ambiente e para o setor produtivo.

Com o objetivo de reavaliar e propor soluções para o setor, a CNI fez o estudo “Saneamento, desafios para o aumento dos investimentos”. O trabalho indica que, apesar dos avanços trazidos pelo Plano Nacional de 2006, faltam investimentos e sobram problemas regulatórios na área.

Por isso, a indústria recomenda a reavaliação do saneamento brasileiro com foco na expansão dos investimentos e na busca da universalização dos serviços. O setor ainda enfrenta problemas como a indefinição da titularidade, a fragilidade regulatória, a ineficiência dos sistemas, as dificuldades de financiamento, e a baixa execução dos projetos.



NORTE COMPETITIVO: OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS

A CNI realizou amplo estudo que identifica e aponta as soluções para os gargalos logísticos da Região Amazônica. O projeto Norte Competitivo relaciona e analisa as obras necessárias para facilitar o transporte na região, reduzir os custos de escoamento da produção e aumentar a competitividade dos nove estados da Amazônia Legal.

O estudo, que foi entregue ao governo, analisou portos, aeroportos, armazéns, hidrovias, ferrovias, dutovias e rodovias dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Também considerou o impacto no meio ambiente, a possibilidade de integração regional e o potencial de desenvolvimento socioeconômico.

Foram observadas 16 cadeias produtivas compostas por mais de 50 produtos que representam 95% da produção da Amazônia Legal e 98% de tudo o que a região exporta ou importa. O estudo identificou 42 eixos de integração logística com potencial para melhorar a infraestrutura de transporte da região. Nove desses eixos foram classificados como prioritários, dos quais cinco já existentes e quatro a serem feitos.

Para esses nove eixos de integração seriam necessários investimentos de R\$ 14,1 bilhões, que resultariam em uma economia anual de R\$ 3,8 bilhões. Entre as obras consideradas urgentes, estão melhorias em rodovias como a BR 364 e Belém-Brasília, além da criação da hidrovia Juruena/Tapajós, que reduziria em cerca de 40% os custos do escoamento da produção agrícola mato-grossense para Xangai, na China.

5.6 COMÉRCIO EXTERIOR

CONQUISTA DO MERCADO EXTERNO

Missões e encontros empresariais favorecem a internacionalização das pequenas e médias indústrias

Aumentar a presença da indústria brasileira em mercados internacionais é uma das estratégias para sustentar o crescimento econômico a longo prazo. Por isso, a CNI promove missões empresariais e encontros de negócios. Em 2011, foram realizadas 15 missões, que tiveram a participação de 352 empresas de todo o Brasil. Os quatro encontros de negócios realizados em 2011 atraíram 302 empresas brasileiras e 79 empresas da América Latina e da Europa. Todas essas ações tiveram a articulação e a colaboração dos 27 Centros Internacionais de Negócios (Rede CIN), ligados às federações de indústrias nos 27 estados brasileiros.

As pequenas e médias empresas brasileiras, público-alvo das missões da CNI, tiveram oportunidade de prospectar negócios em países como Alemanha, Itália, França, Estados Unidos, África do Sul, Noruega, Bolívia, China e Emirados Árabes Unidos. Nesses eventos,



os empresários tiveram o apoio da Rede CIN, que ofereceu serviços como visitas técnicas guiadas à feira, ponto de encontro (estande de apoio) e participação em encontros de negócios.

Uma atuação diferenciada foi a missão empresarial à China, realizada durante a visita oficial da presidente Dilma Rousseff ao país em meados de abril. Sob a liderança da CNI, o evento reuniu presidentes de importantes empresas nacionais com a intenção de aprofundar as relações comerciais e o potencial dos investimentos existente nos dois países. No total, a missão reuniu 309 participantes de 183 empresas de 20 segmentos diferentes, em uma demonstração do interesse comercial que a segunda maior economia do mundo desperta no empresariado brasileiro.

Além das missões, o ano também foi marcado pelos encontros empresariais ocorridos no Brasil. Em agosto, a CNI e o Kendairen, a confederação das indústrias do Japão, realizaram a XIV Reunião do Comitê de Cooperação Econômica Brasil-Japão, na sede da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB). As questões bilaterais, como infraestrutura, financiamento, inovação, agronegócios, energias renováveis, investimentos, entre outros, atraíram mais de 300 empresários brasileiros e japoneses a Salvador.

No mês seguinte, em setembro, ocorreu o Encontro Econômico Brasil-Alemanha (EEBA) 2011, que incluiu o 29º Encontro Empresarial e a 38ª Comissão Mista de Cooperação Econômica Brasil-Alemanha. O encontro foi realizado em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) e recebeu cerca de 2 mil empresários de ambos os países para tratar dos temas mais relevantes da agenda bilateral, como inovação e pesquisa, logística, mobilidade urbana, infraestrutura, oportunidades no setor de óleo & gás e nas obras para a Copa do Mundo e às Olimpíadas, inserção internacional das pequenas e médias empresas e cooperação na área de saúde.

NEGOCIAÇÕES → o ano de 2011 foi particularmente difícil para as negociações de acordos in-

ternacionais bilaterais. Com um cenário econômico de crise mundial se aprofundando, os atores preferiram manter uma postura mais conservadora, já que o quadro de incertezas foi crescente durante todo o ano passado.

Esse comportamento ficou evidente no desenrolar das negociações do acordo Mercosul-União Europeia, com avanços apenas em suas partes normativas. Outro fator a contribuir para o tímido progresso dos entendimentos foram as campanhas eleitorais na Argentina e na França. As eleições presidenciais na Argentina, ocorridas em 2011, e na França, marcadas para 2012, impediram avanços concretos nas negociações no ano passado e tendem a frear os entendimentos também neste ano.

A reabertura das negociações para um acordo Brasil-México continuou a esbarrar nas resistências do setor privado mexicano. Em 2011, o governo mexicano, que tem uma postura pró-acordo, dedicou-se à aprovação no Parlamento do Acordo Peru-México, que já havia sido assinado, mas encontrava fortes resistências para ser homologado. Depois de muita negociação, esse acordo foi aprovado no Congresso. Mas 2012 é um ano eleitoral também no México, onde a disputa deve ser intensa. Por isso, mais uma vez, é previsível que os entendimentos não avancem neste ano.

AS PRINCIPAIS AÇÕES NA ÁREA DE COMÉRCIO EXTERIOR

TEMA	AÇÃO
Missões empresariais	Realização de 15 missões prospectivas com a participação de 352 empresas. As missões visitaram feiras em Alemanha, Itália, França, Estados Unidos, África do Sul, Noruega, Bolívia, China e Emirados Árabes.
Encontros de negócios	Realização de quatro encontros de negócios e projetos compradores que tiveram a participação de 302 empresas brasileiras e 79 empresas da América Latina e da Europa. Foram cerca de 880 encontros de negócios que tiveram o apoio do Programa AL-Invest IV.
Capacitação empresarial e assistência técnica	Realização de oito cursos de capacitação empresarial e assistência técnica.
Defesa de interesses da indústria no exterior	Acompanhamento da agenda Brasil-Estados Unidos, dos contenciosos do algodão, das novas políticas ambientais norte-americanas, das desdobramentos da Rodada Doha, entre outros. Acompanhamento dos desdobramentos do acordo Mercosul-União Europeia, do controle de substâncias químicas (Reach); da política de mudança climática, e da reforma das regras de origem. O trabalho de defesa de interesses na Europa foi feito pelo Brazilian Business Affairs, escritório que a CNI mantém em Bruxelas em parceria com a Agência de Promoção das Exportações e Investimentos (Apex-Brasil),

TEMA

Atendimento às empresas

AÇÃO

Inauguradas três unidades Apex-Brasil nos estados da Bahia, do Espírito Santo e do Pará e ampliação da unidade de atendimento em São Paulo. As unidades de atendimento da Apex-Brasil funcionam em parceria com os Centros Internacionais de Negócios, nas federações de indústrias.



RELAÇÕES COM OS ESTADOS UNIDOS

O presidente da Embraer, Frederico Curado, assumiu, em 2011, a presidência do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos (CEBEU). Integram a agenda do conselho, cuja secretaria executiva é exercida pela CNI, a busca de um acordo bilateral para evitar a bitributação e a inclusão do Brasil no Visa Waiver Program dos Estados Unidos, que isentaria os cidadãos brasileiros de vistos de entrada ao país.

A primeira reunião plenária de trabalho do CEBEU da nova gestão foi realizada em 12 de dezembro, em Washington. O encontro ocorreu na sede da US Chamber of Commerce, a câmara de comércio dos Estados Unidos. Lá foi feita uma mesa-redonda para discussão das relações bilaterais com a presença de especialistas em comércio e economia dos dois países.

Na oportunidade, também foram discutidos os temas prioritários a serem tratados pelo conselho em 2012. A função do CEBEU é promover o diálogo e melhorar o entendimento entre os setores empresariais dos dois países, aprofundar as relações bilaterais e contribuir para o crescimento econômico das duas nações e para o aumento dos fluxos de comércio e investimentos, transferência de tecnologia e desenvolvimento de novas formas de cooperação.

O conselho atua por meio de duas frentes: missões de defesa de interesse e reuniões plenárias. As missões de defesa de interesses, realizadas anualmente para o Brasil e para os Estados Unidos, que constituem uma oportunidade de aproximar as posições do setor privado com as posições dos representantes do Executivo e do Legislativo de cada país. A reunião plenária é o momento em que representantes dos governos e da iniciativa privada dos dois países unem esforços para a discussão de uma agenda conjunta.

5.7 MEIO AMBIENTE

CONSERVAÇÃO DO AMBIENTE É ESTRATÉGICA PARA INDÚSTRIA

Indústria aprofunda o debate sobre a participação no combate à mudança do clima e o uso da biodiversidade

A conservação dos recursos naturais no processo de produção reduz os custos, melhora a produtividade e fortalece o compromisso da indústria com a sociedade. Na avaliação da CNI, o Brasil precisa de um marco regulatório equilibrado, que garanta avanços permanentes na preservação dos recursos naturais, sem comprometer projetos de investimentos voltados ao aumento da produção e à melhoria da infraestrutura.

Por isso, a CNI discutiu e formulou propostas para a Política Nacional de Resíduos Sólidos. De acordo com a nova legislação, importantes setores industriais serão responsáveis pelo destino final de embalagens, lâmpadas, medicamentos, óleos lubrificantes e eletroeletrônicos. Para contribuir com a formatação das regras de recebimento e disposição dos resíduos, a CNI integra grupos de trabalho técnicos de logística reversa e dos grupos de trabalho do Comitê Interministerial para a implantação dos demais instrumentos dessa política.

A indústria também participa do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). Representantes do setor apresentam ao conselho propostas para a formulação e implementação de políticas públicas relacionadas à gestão integrada de recursos hídricos.

Além disso, a CNI apoia federações e associações no debate sobre a gestão de recursos hídricos. O diálogo entre as partes garantiu a redução de cerca de 30% nos valores da cobrança pelo uso da água na Bacia do Rio Doce. A redução foi negociada por representantes da CNI, das federações de indústrias de Minas Gerais (FIEMG) e do Espírito Santo (FINDES) com o Comitê da Bacia do Rio Doce e com a Agência Nacional de Águas a redução das tarifas.

CLIMA → além disso, a CNI lidera o debate sobre a participação da indústria brasileira no combate às mudanças do clima. Na avaliação da CNI, as metas estabelecidas pela Lei Nacional de Mudanças Climáticas só serão atingidas se empresas de todos os portes e setores se comprometerem a reduzir as emissões.

Para contribuir com o debate, a CNI elaborou e publicou o documento com as contribuições da indústria para a Política Nacional sobre Mudança do Clima. As propostas foram consolidadas a partir das discussões no Grupo de Mobilização Empresarial para Mudança do Clima. A posição da indústria brasileira também foi levada à 17ª Conferência das Partes da Convenção do Clima das Nações Unidas (COP 17), em Durban, na África do Sul.

A CNI participa ainda das atividades preparatórias da Conferência Rio+20. Como representante do setor industrial, a Confederação tem contribuído na construção dos documentos oficiais do governo brasileiro para o Zero Draft da Conferência, isto é, do esboço de documento final da conferência internacional Rio+20, que trará as conclusões dos debates e os compromissos dos países com o meio ambiente.

OUTRAS AÇÕES NA ÁREA DE MEIO AMBIENTE

TEMA

AÇÃO

Redes

Criação da Rede Clima da Indústria Brasileira, composta por federações das indústrias, associações setoriais e empresas. A rede tem objetivo de melhorar a articulação, alinhar posicionamentos e defender os interesses da indústria na questão do clima.
Criação da Rede de Biodiversidade, integrada por representantes de empresas, associações setoriais e federações de indústria.

Licenciamento ambiental

Apresentação de sugestões para o aperfeiçoamento da Lei Complementar nº 140/11, que regulamenta o artigo 23 da Constituição e define as competências dos entes federados para o licenciamento ambiental.

Capacitação em mercado de carbono

Realização de 12 cursos com 368 participantes, marcando o encerramento do Programa de Capacitação em Mercado de Carbono, criado em parceria com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). Desde a sua criação, em 2006, o Programa de Capacitação treinou 1.782 técnicos.

OS DESAFIOS DA ECONOMIA DE BAIXO CARBONO

O setor empresarial vem demonstrando crescente interesse em atuar na economia de baixo carbono, reduzindo a emissão de gases do efeito estufa, aumentando a eficiência energética e consumindo menos recursos naturais. Para orientar as indústrias brasileiras a alcançar esse objetivo, a CNI editou em 2011 um guia com um passo a passo de como diminuir as suas emissões.



O *Guia Brasileiro em Estratégia de Baixo Carbono* aponta como primeira etapa desse processo a elaboração do diagnóstico, quando a empresa deve medir as emissões de gases do efeito estufa, avaliar os riscos e as oportunidades. Entre outros benefícios, a transição para a economia de baixo carbono oferece o uso racional da energia, a eficiência operacional e logística, o aumento da credibilidade da marca.

5.8 MICRO E PEQUENA EMPRESA

APOIO AOS PEQUENOS EMPREENDIMENTOS

Ampliação dos limites de enquadramento no Simples Nacional e aperfeiçoamentos na Lei Geral melhoram o ambiente de negócios. Mas as pequenas empresas ainda precisam de outros estímulos

Apesar da importância para a economia brasileira, os pequenos negócios enfrentam dificuldades de acesso ao crédito, excesso de burocracia e elevados encargos trabalhistas. Em 2011, a CNI debateu estratégias para garantir a expansão dos pequenos negócios e defendeu a ampliação dos limites de enquadramento no Simples Nacional. A indústria também apresentou propostas para o aperfeiçoamento da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, como o aumento do limite para as receitas de exportação sem a exclusão automática do Simples e o parcelamento dos débitos para as pequenas empresas.

A lei, sancionada no dia 10 de novembro de 2011 incorpora algumas sugestões da CNI. O limite da receita bruta anual para enquadramento das pequenas empresas ao Simples Nacional passou de R\$ 2,4 milhões para R\$ 3,6 milhões ao ano. O teto para o empreendedor individual subiu de R\$ 36 mil para R\$ 60 mil ao ano.

Além disso, a lei também prevê a possibilidade de as pequenas empresas exportarem até 100% acima do limite de faturamento sem exclusão do regime do Simples. Assim, a receita adicional com as vendas ao exterior poderá ser de até R\$ 3,6 milhões. Outro benefício é a incorporação nesse regime tributário facilitado da empresa individual de responsabilidade limitada.

Apesar dos avanços, há alguns pontos na nova lei que precisam mudar. É o caso, entre outros, da obrigatoriedade de adesão ao sistema de comunicação eletrônica do Simples Nacional e da punição estabelecida às empresas que não prestarem as informações no Sistema Eletrônico de cálculo no prazo previsto, ou que prestarem informações incorretas.

CRÉDITO FÁCIL → um grupo de 120 pequenas empresas industriais, inicialmente dos estados do Ceará, da Paraíba e de Pernambuco, passará por um diagnóstico para serem preparadas e qualificadas para a obtenção de financiamentos junto ao sistema financeiro. Esse é o objetivo da parceria firmada entre a CNI e a Corporação Interamericana de Investimentos (CII) para a execução no Brasil do programa FINPYME, realizado também em outros países da América Latina e do Caribe.

A CII é o braço do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) dedicado à promoção do desenvolvimento por meio do financiamento de empresas privadas. O programa poderá ser levado a outros estados depois dessa primeira fase. O FINPYME tem como objetivo facilitar o acesso ao crédito de pequenas e médias empresas industriais por meio da utilização de uma metodologia de identificação e diagnóstico de empresas para melhorar sua posição competitiva e seu acesso a fontes de financiamento para projetos de expansão.

O programa será aplicado no Brasil pela CNI e abrangerá os estados do Ceará, Pernambuco e Paraíba. Posteriormente, o programa poderá ser estendido aos demais estados.

Além disso, a CNI planeja a instalação de núcleos de acesso ao crédito nas federações de indústrias. Nos núcleos, as empresas terão informações, e apoio na elaboração de projetos e na articulação de melhorias nas condições de crédito com instituições financeiras.



COMO USAR OS FUNDOS CONSTITUCIONAIS

A CNI editou a cartilha **FCO, FNE e FNO - Fundos Constitucionais de Financiamento** – como as micro, pequenas e médias empresas podem se beneficiar. A publicação apresenta os Fundos Constitucionais de Financiamento e explica como o empresário pode ter acesso a esses recursos.



APOSTA NA REDUÇÃO DOS CUSTOS E NA QUALIDADE

O Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Empresas (Procompí), uma parceria entre a CNI e o Serviço Nacional de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), beneficia atualmente 2.500 empresas que participam com 84 projetos em 25 estados, somando investimentos de R\$ 22 milhões.

Desde que foi criado em 2000, o Procompí já atendeu a cerca de 7 mil empresas em todo o Brasil. Além da CNI e do Sebrae, instituições como o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), o (SENAI), sindicatos patronais, federações de indústrias, participam com as atividades.

Essas instituições reúnem grupos de, no mínimo, 25 empresas com necessidades semelhantes e promovem ações conjuntas de capacitação, orientação sobre produtos e mercado, consultoria para melhorar os resultados e incentivo a compras e vendas coletivas.

Para a atuação até 2013, o Procompí investirá R\$ 4 milhões nas atividades que serão desenvolvidas nos 16 projetos das 400 empresas.

MOBILIZAÇÃO CONTRA OS LIMITES ESTADUAIS DO SIMPLES

A CNI iniciou uma mobilização contra a adoção de sublimites estaduais no Simples Nacional. Essa prática retira competitividade das pequenas empresas e prejudica o desenvolvimento do próprio estado. Alguns estados excluem o ICMS e o ISS do Simples Nacional para pequenas empresas com faturamento bruto anual acima de R\$ 1,2 milhão ou de R\$ 1,8 milhão, embora o limite federal em 2011 fosse de R\$ 2,4 milhões.

Ao considerar um faturamento abaixo do estabelecido pela lei federal, os estados passam a cobrar outros impostos das pequenas empresas tão logo o faturamento supere o patamar estabelecido.

Em 2011, 13 estados brasileiros fixaram sublimites inferiores ao patamar federal, contra 14 que adotaram o valor da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Em 2012, 12 estados manterão o limite estabelecido pela lei federal, contra 15 que terão limites próprios.

A CNI continuará com a mobilização contra o sublimite no Simples Nacional até que a legislação federal autorizando os patamares estaduais seja mudada.







Programa de
Desenvolvimen
Associativo

6

PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
ASSOCIATIVO

FORTALECIMENTO DOS SINDICATOS

O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO Associativo *capacita líderes sindicais* e implanta sistema de informações para orientar as ações das federações e dos sindicatos

O Programa de Desenvolvimento Associativo (PDA) ampliou, em 2011, as ações voltadas à capacitação de líderes sindicais e ao aprimoramento da gestão dos sindicatos. Foram realizadas 126 capacitações em 24 estados, que se concentraram na agenda da indústria e priorizaram o debate em torno dos temas relações do trabalho, inovação, política tributária, meio ambiente e infraestrutura.

Em 27 palestras em 18 estados, o programa apresentou aos empresários o papel das entidades de representação e a importância da defesa de interesses para melhorar o ambiente de negócios e elevar a competitividade da indústria. Esse processo ganha força e agilidade na medida em que há a participação dos empresários.

O programa também implementou o Sistema de Inteligência de Negócios da Indústria, que fornece às federações informações econômicas consolidadas sobre o setor e sua distribuição no estado. De forma automática, o sistema apresenta análises sobre a base industrial, por segmento econômico e porte, nos níveis municipal, estadual e nacional.

Também permite identificar os maiores contribuintes, a concentração da massa salarial e do emprego por município. A primeira etapa desse sistema foi disponibilizada às federações e aos departamentos regionais de SESI, SENAI e IEL em outubro. Vinte e uma federações já estão utilizando a ferramenta.

Para ter um retrato dos sindicatos industriais, o programa realizou a Pesquisa Sindical. Respondida por 696 sindicatos, ligados a 24 federações, a pesquisa permitiu traçar um diagnóstico das organizações sindicais em dez aspectos: informações básicas, liderança, negociação coletiva, gestão, atuação estratégica, comunicação, sustentabilidade, associativismo, serviços e oportunidades mercadológicas.

Além dessas duas iniciativas, o PDA também deu continuidade ao projeto Sindicato Legal – que visa a orientar a regularização dos sindicatos –, à realização de planejamentos estratégicos de sindicatos e à utilização do Sistema de Gestão da Arrecadação pelas Federações.

Outra ação foi o lançamento do projeto-piloto do Clube Indústria de Benefícios, um portal de compras coletivas, em que empresas oferecem às indústrias produtos e serviços com vantagens de preço e prazo de pagamento em relação ao mercado. O que conta com a parceria das federações de indústrias, apresentou em 2011 cerca de 480 ofertas feitas por 173 fornecedores de produtos e serviços.

Foram feitas 45 campanhas de *e-mail marketing* para divulgação das promoções, despertando o interesse de mais de 1.600 empresas que se associaram ao clube para usufruir dos descontos ou das condições especiais. No total, foram registradas 116 mil visitas no ano.

Lançada em maio, a página nacional do Clube Indústria tem como patrocinadores CBN, TOTVs, Amil e Ticket, além de SESI e SENAI. Em outubro foi ao ar o Clube Indústria da Bahia, e em dezembro, o da Paraíba.



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA — CNI

Presidência

Robson Braga de Andrade — PRESIDENTE

Gabinete da Presidência

Renato Caporali Cordeiro — CHEFE DE GABINETE

Unidade de Controle de Processos

Oswaldo Borges Rego Filho — SUPERINTENDENTE

Diretoria de Educação e Tecnologia

Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti — DIRETOR

Superintendência do SESI

Renato Caporali Cordeiro — DIRETOR SUPERINTENDENTE

Diretoria Geral do SENAI

Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti — DIRETOR-GERAL

Superintendência do IEL

Carlos Roberto Rocha Cavalcante — SUPERINTENDENTE

Diretoria de Políticas e Estratégia

José Augusto Coelho Fernandes — DIRETOR

Diretoria de Desenvolvimento Industrial

Carlos Eduardo Abijaodi — DIRETOR

Diretoria de Relações Institucionais

Mônica Messenberg Guimarães — DIRETORA

Gerência Executiva de Assuntos Legislativos

Vladson Bahia Menezes — GERENTE-EXECUTIVO

FEDERAÇÕES FILIADAS

Federação das Indústrias do Estado do Acre — FIEAC

Carlos Takashi Sasai — PRESIDENTE

Federação das Indústrias do Estado de Alagoas — FIEA

José Carlos Lyra de Andrade — PRESIDENTE

Federação das Indústrias do Amapá — FIAP

Telma Lúcia de Azevedo Gurgel — PRESIDENTE

Federação das Indústrias do Estado do Amazonas — FIEAM

Antônio Carlos da Silva — PRESIDENTE

Federação das Indústrias do Estado da Bahia — FIEB

José de Freitas Mascarenhas — PRESIDENTE

Federação das Indústrias do Estado do Ceará — FIEC

Roberto Proença de Macêdo — PRESIDENTE

Federação das Indústrias do Distrito Federal — FIBRA

Antônio Rocha da Silva — PRESIDENTE

Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo — FINDES

Marcos Guerra — PRESIDENTE

Federação das Indústrias do Estado de Goiás — FIEG

Pedro Alves de Oliveira — PRESIDENTE

Federação das Indústrias do Estado do Maranhão — FIEMA

Edílson Baldez das Neves — PRESIDENTE

Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso — FIEMT

Mauro Mendes Ferreira (licenciado) — PRESIDENTE

Jandir José Milan (em exercício) — PRESIDENTE

Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul — FIEMS

Sérgio Marcolino Longen — PRESIDENTE

Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais — FIEMG

Olavo Machado Júnior — PRESIDENTE

Federação das Indústrias do Estado do Pará — FIEPA

Jose Conrado Azevedo Santos — PRESIDENTE

Federação das Indústrias do Estado da Paraíba — FIEP

Francisco de Assis Benevides Gadelha — PRESIDENTE

Federação das Indústrias do Estado do Paraná — FIEP

Edson Luiz Campagnolo — PRESIDENTE

Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco — FIEPE

Jorge Wicks Côrte Real — PRESIDENTE

Federação das Indústrias do Estado do Piauí — FIEPI

Antônio José de Moraes Souza — PRESIDENTE

Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte — FIERN

Amaro Sales de Araújo — PRESIDENTE

Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul — FIERGS

Heitor José Müller — PRESIDENTE

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro — FIRJAN

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira — PRESIDENTE

Federação das Indústrias do Estado de Rondônia — FIERO

Denis Roberto Baú — PRESIDENTE

Federação das Indústrias do Estado de Roraima — FIER

Rivaldo Fernandes Neves — PRESIDENTE

Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - FIESC

Glauco José Côrte — PRESIDENTE

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP

Paulo Antonio Skaf — PRESIDENTE

Federação das Indústrias do Estado de Sergipe - FIES

Eduardo Prado de Oliveira — PRESIDENTE

Federação das Indústrias do Estado de Tocantins - FIETO

Roberto Magno Martins — PRESIDENTE

Diretoria de Comunicação - DIRCOM

Carlos Alberto Barreiros — DIRETOR

Gerência Executiva de Publicidade e Propaganda - GEXPP

Carla Cristine Gonçalves de Souza — GERENTE EXECUTIVA

Diretoria de Serviços Corporativos - DSC

Área de Administração, Documentação e Informação - ADINF

Marcos Tadeu — GERENTE EXECUTIVO

Gerência de Documentação e Informação - GEDIN

Fabiola de Luca Coimbra Bomtempo — GERENTE DE DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO

Claudia Valentim — NORMALIZAÇÃO

José Paulo Lacerda, Miguel Ângelo, Shutterstock — FOTOS

Danúzia Queiroz — REVISÃO GRAMATICAL

Bertoni Design — PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO



Este caderno foi impresso com papel certificado. Madeira proveniente de reflorestamento.



**RELATÓRIO
ANUAL**
2011

